

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO DIA 22(VINTE E DOIS) DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO, NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACURUCA-PI A FIM DE AVALIAR AS METAS FISCAIS REFERENTES AO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2018, SEGUNDO DETERMINA A CONSTITUIÇÃO FEDERAL NO SEU §1º DO ART. 166 E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL ART. 9º, §4º.

Aos 22(vinte e dois) dias do mês de agosto do ano de 2018, às 14h30min, no plenário da Câmara Municipal de Piracuruca-Pi foi realizada uma Audiência Pública que contou com a presença de alguns vereadores, secretários municipais, servidores públicos e populares. A Audiência foi presidida pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, o Sr. Manoel Francisco da Silva que, após saudar os presentes, declarou, ser essa, a primeira Audiência Pública de avaliação de gestão do exercício de 2018, referente ao primeiro quadrimestre. O Secretário passou a palavra para a contadora do município, a senhora Luzinede Maria de Sousa, para que esta apresente os índices fiscais executados pelo município nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2018. Luzinede disse que vai expor os dados fiscais do primeiro quadrimestre do exercício de 2018 e que na sequência o técnico da Saúde, o Sr. Misaki Machado Lira, irá apresentar o Relatório de Gestão do SUS, que também é uma obrigatoriedade da Lei Complementar nº 141/2012. A contadora complementou que esses dados, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, Art. 9º §4º, devem ser demonstrados a cada quadrimestre em Audiência Pública nas comissões referidas ou nas casas legislativas estaduais e municipais. Como Piracuruca não tem comissão de avaliação são apresentadas nas casas legislativas municipais. Luzinede passou, então, a apresentar as receitas e despesas do município no período em questão. No primeiro slide apresentou as despesas consolidadas por grupo de despesas. Da Receita total prevista no orçamento anual de Piracuruca-Pi – R\$ 60.293.805,00 (sessenta milhões, duzentos e noventa e três mil e oitocentos e cinco reais) – foi arrecadado até o momento 26,66% dessa receita prevista, o que equivale a um valor de R\$ 16.076.228,00(dezesseis milhões, sessenta e seis mil, duzentos e vinte e oito reais). A arrecadação maior foi com o FPM onde já foi arrecadado R\$ 5.525.466,00 (cinco milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e sessenta e seis reais). Em seguida vem as

1

transferências da Educação (FUNDEB, Programa de Merenda Escolar, Programa de Transporte Escolar...) que até o momento foi arrecadado R\$ 5.513.895,00 (cinco milhões, quinhentos e treze mil, oitocentos e noventa e cinco reais). Em terceiro lugar vêm as transferências da Saúde, que até o momento teve uma arrecadação de R\$ 2.963.500,00 (dois milhões, novecentos e sessenta e três mil e quinhentos reais). Em seguida apresentou a despesa anual que foi prevista também no mesmo valor da receita anual orçada. Detalhou as despesas por órgão destacando: Secretaria da Educação com despesas fixadas para 2018 em R\$ 21.212.000,00 (vinte e um milhões, duzentos e doze mil) já tendo sido liquidado R\$6.248.843,00 (seis milhões, duzentos e quarenta e oito mil, oitocentos e quarenta e três reais) o que equivale a 39.55% da despesa total; Secretaria de Saúde com despesas fixadas em R\$ 17.634.805,00 (dezessete milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, oitocentos e cinco reais) tendo sido liquidado no período R\$ 4.994.031,00 (quatro milhões, novecentos e noventa e quatro mil e trinta e um reais). Destacou que, se somadas as despesas da Educação e da Saúde totaliza-se mais de 70% do orçamento do município. Apontou a Secretaria de Administração e Finanças como a terceira maior despesa, tendo sido orçado para o período R\$ 4.711.000,00 (quatro milhões, setecentos e onze mil) equivalente a 8.81% da despesa total tendo sido executado até o momento R\$ 1.392.422,00 (um milhão, trezentos e noventa e dois mil, quatrocentos e vinte e dois reais). Explicou que a Secretaria de Finanças apresenta também um gasto razoável por esta concentrar encargos das demais Secretarias, citando como exemplo as despesas com INSS, que é uma despesa alta. O total das despesas executadas até o momento é de R\$ 15.799.278,00 (quinze milhões, setecentos e noventa e nove mil, duzentos e setenta e oito reais), observando um certo equilíbrio entre receita e despesa. Na planilha seguinte, Luzinede apresentou as despesas segundo natureza, divididas em despesas correntes e despesas de capital, esclarecendo que as despesas correntes se dividem em pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, e que são destinadas para manutenção da máquina administrativa como material de consumo e contratação de serviços, já, as despesas de capital, são utilizadas para aumentar ou conservar o patrimônio do município. No grupo de despesas

com pessoal e encargos sociais foi orçado R\$ 32.136.005,00 (trinta e dois milhões, cento e trinta e seis mil e cinco reais), tendo sido realizado até o momento R\$ 10.214.548,00 (dez milhões, duzentos e quatorze mil, quinhentos e quarenta e oito reais) o que corresponde a 31.79% do que foi previsto para o exercício. Outras despesas correntes foi orçado em R\$ 18.093.500,00 (dezoito milhões, noventa e três mil e quinhentos reais) e até o momento realizado R\$ 5.187.447,00 (cinco milhões, cento e oitenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e sete reais), 28.67% do previsto. Para as despesas de capital foi previsto R\$ 9.692.300,00 (nove milhões, seiscentos e noventa e dois mil e trezentos reais). Em investimentos, que é propriamente a aquisição de bens e de construção, foi previsto R\$ 8.474.300,00 (oito milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil e trezentos reais) e realizado, até o momento, R\$ 141.481,00 (cento e quarenta e um mil, quatrocentos e oitenta e um reais). Em amortização da dívida, que são os parcelamentos (com ELETROBRAS, AGESPISA, INSS...) de dívidas antigas foi orçado R\$ 1.218.000,00 (um milhão, duzentos e dezoito mil reais) e, até o momento, foi realizado R\$ 255.802,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e dois reais). Explicou, ainda, que a reserva de contingência é uma dotação obrigatoriamente prevista em lei e que é utilizada pra algum risco fiscal, alguma despesa que não esteja prevista no orçamento. O município possui uma reserva de R\$ 372.000,00 (trezentos e setenta e dois mil). Na sequência passou a detalhar as transferências financeiras que são, parte da arrecadação própria e, parte do FPM, por exemplo, que são transferidas para órgãos em cumprimento a uma exigência da lei. Da Câmara Municipal, por exemplo, que se prevê que seja repassado 7% da arrecadação do ano anterior, até o mês de abril, foi repassado R\$ 590.000,00 (quinhentos e noventa mil reais). Pra Secretaria Municipal de Saúde foi repassado, até o momento, R\$ 1.613.110,00 (um milhão, seiscentos e treze mil, cento e dez reais). Pra Secretaria de Educação foi repassado R\$ 859.456,00 (oitocentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais). Luzinede destacou que pra Educação acaba sendo passado muito mais já que, quando entra o FPM, ICMS, IPVA, já vem descontado 20% dessas receitas para composição do FUNDEB. Para o Fundo Municipal de Assistência Social, até o momento foi repassado 435.675,00 (quatrocentos e trinta e cinco mil, seiscentos e

setenta e cinco reais). Enfatizou que, dos 16 (dezesesseis) milhões de arrecadação, R\$ 3.498.241,00 (três milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, duzentos e quarenta e um reais) já foram repassados para manutenção desses órgãos. Detalhou também o que já foi pago com compromissos da dívida pública, que são os parcelamentos: INSS, R\$ 156.926,00; FGTS, R\$ 7.795,00; ELETROBRAS, R\$ 66.738,00 e AGESPISA R\$ 24.342,00 totalizando R\$ 255.802,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e dois reais). Apresentou, na sequência, os gastos com pessoal, demonstrando que, até o mês de abril a receita corrente líquida totalizou R\$ 48.375.718,00 (quarenta e oito milhões, trezentos e setenta e cinco mil, setecentos e dezoito reais) e é com base nessa receita que se calcula o valor máximo permitido para se gastar com pessoal. Para o Poder Executivo o limite máximo deverá ser de 54% e para o Poder Legislativo 6% dessa receita corrente líquida. Até o momento a despesa com pessoal do Executivo totalizou R\$ 27.188.682,00 (vinte e sete milhões, cento e oitenta e oito mil, seiscentos e oitenta e dois reais) o que corresponde a 56.20% da receita corrente líquida, ultrapassando aí 2.20% do limite permitido e isso de dá, principalmente, por causa da folha de pagamento, piso salarial e plano de cargos e salários dos professores que precisa ser cumprido, não sendo possível se reduzir esses gastos. Sobre a aplicação dos recursos em Educação, a Constituição Federal prevê que no mínimo 25% dos recursos arrecadados com IPTU, ITBI, Imposto de Renda, FPM, ISS, ICMS, IPVA E ITR deverão ser aplicados em Educação. Até o mês de abril a arrecadação desses impostos totalizou R\$ 7.723.860,00 (sete milhões, setecentos e vinte e três mil, oitocentos e sessenta reais), 25% disso equivale a R\$ 1.930.965,00 (um milhão, novecentos e trinta mil, novecentos e sessenta e cinco reais) , mas até abril foi aplicado de recursos próprios em Educação R\$ 1.824.923,00. O que equivale a 23.63%, estando o município com uma defasagem em torno de cem mil reais, mas que pode ser corrigida até o final do exercício de 2018. Dos recursos do FUNDEB, transferência mais rendimentos de aplicação, o município totalizou R\$ 5.062.375,00 (cinco milhões, sessenta e dois mil, trezentos e setenta e cinco reais). A contribuição para o FUNDEB, que são os 20% descontados do FPM, ICMS E IPVA até abril, totalizou R\$ 1.374.741,00 (um milhão, trezentos e setenta e quatro mil, setecentos e quarenta e um

reais). Então, o ganho do FUNDEB, que é o total do que entrou menos essa contribuição foi de R\$ 3.687.634,00 (três milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, seiscentos e trinta e quatro reais). Os gastos do magistério, que são gastos com a folha de pagamento e encargos de professores até abril, deu um total de R\$4.042.763,00 (quatro milhões, quarenta e dois mil, setecentos e sessenta e três reais) o que corresponde a 79.86% de toda a receita do FUNDEB. A lei prevê que essa aplicação seja, no mínimo de 60% e o município está aplicando quase 20% a mais do que o mínimo exigido pela lei. Luzinede apresentou, na sequência, a aplicação do município em Saúde, explicando que as mesmas receitas que servem como base para a Educação, receitas de impostos e transferências, devem ser aplicadas, no mínimo, 15% em Saúde, o que daria, até abril, R\$ 1.158.579,00 (um milhão, cento e cinquenta e oito mil, quinhentos e setenta e nove reais), sendo que até o momento já foi aplicado R\$ 1.771.621,00 (um milhão, setecentos e setenta e um mil, seiscentos e vinte e um reais), valor bem mais alto do que o legalmente exigido, atingindo um percentual de 22.94%, praticamente 8% a mais do que o mínimo estabelecido em lei. Apresentou também a aplicação na Assistência Social, lembrando que ainda não há um valor mínimo estabelecido em lei, muito embora se fale num percentual de 5%. Até o momento o que foi aplicado de recurso próprio na Assistência Social totalizou R\$ 435.675,00 (quatrocentos e trinta e cinco mil, seiscentos e setenta e cinco reais) o que corresponde a 5.64% da receita de impostos e transferências. Dos recursos federais foi aplicado na Assistência Social R\$ 388.730,00 (trezentos e oitenta e oito mil, setecentos e trinta reais), e somando recursos próprios com recursos federais foi aplicado até agora na Assistência Social R\$ 824.405,00 (oitocentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e cinco reais). Concluiu dizendo que esses são os principais números que o município queria mostrar e se colocou à disposição para dúvidas e questionamentos. O Secretário de Administração e Finanças usou da palavra para dizer do quão difícil é a gestão pública. Do orçamento, segundo a contadora, 40% é comprometido com a Educação e, 30% com a Saúde, ficando apenas 30% para as demais despesas. Acrescentou que há um desafio muito grande para o último semestre que é a redução do gasto com pessoal, e já que a lei não permite a redução de salários, que as Secretarias fiquem atentas

para as faltas dos funcionários. Se não trabalhou, não recebeu. Isso ajudaria nessa redução. Declarou que já se pensou até num plano de incentivo à aposentadoria de funcionários mas que, o impacto financeiro é muito pequeno diante do desgaste social, político e administrativo. Disse que todos devem se empenhar na redução dos gastos com pessoal e aumentar os gastos com Educação para se alcançar a exigência legal. Acrescentou que, diante desses números fica uma certa angustia, já que enquanto a Prefeitura precisa cortar gastos, a demanda exige por gastos maiores ainda. Passou, então, a palavra para o técnico da Saúde, o Sr. Misaki Machado Lira, que fará a prestação de contas do primeiro quadrimestre de 2018. Misaki começou justificando a necessidade dessa prestação de contas que, segundo a lei, deve acontecer três vezes no ano, ou seja, a cada quadrimestre. A Secretaria de Saúde tem, por obrigação, demonstrar não só o recebimento e gasto dos recursos, como também, o que foi produzido e como está a situação da saúde para a população. Primeiro apresentou dados quanto à morbidade hospitalar, detalhando do que as pessoas adoeceram no período em questão, totalizando 240 internações. Destacou as três principais causas sendo 53 relacionadas a gravidez, parto e puerpério; 24 por doenças do aparelho digestivo, e, em terceiro lugar as doenças do aparelho circulatório, sendo as crises hipertensivas as principais, totalizando 22 internações. Quanto à mortalidade nos primeiros quatro meses de 2018 houve uma ocorrência de 53 óbitos, sendo as doenças do aparelho circulatório as primeiras causas de morte no município, totalizando 21 óbitos. Na sequência vem as doenças do aparelho respiratório com 06 óbitos; as doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas, principalmente a diabetes, com 05 óbitos; os diversos tipos de câncer, 05; doenças do aparelho nervoso, 05; aparelho geniturinário, 03; causas externas, 03; aparelho digestivo, 02; doenças infecciosas e parasitárias, 01; transtornos mentais, 01 e causa mal definida, 01. No slide seguinte o técnico fez uma demonstração do que foi produzido em saúde de janeiro até abril de 2018. Na Atenção Básica foi realizado: consulta médica, 9.899, esclarecendo que esse número de consultas não está informado em sua plenitude porque o município ainda não conseguiu finalizar a implantação do sistema e-sus para ter acesso a informações mais precisas. Do total de consultas médicas realizadas foi

detalhado o seu direcionamento sendo 2.521 consultas com hipertensos, 5.278 consultas com crianças e 775 consultas de pré-natal. Na sequência vem atendimento de Bolsa Família na Saúde, 1.212; visitas domiciliares dos ACS/ACE, 39.290; número de pessoas atendidas pela ESB (Equipe de Saúde Bucal), 5.305; procedimentos realizados pela ESB, 22.086; exame citopatológico cérvico-vaginal/PCCU, 1.531; e, atendimento/inspeção em vigilância sanitária, 557. No quadro seguinte ele apresenta o que foi ofertado em média complexidade no município através do Hospital, CEMEPI, laboratório, CEO, CAPS, maternidade, Pronto Socorro: triagem neonatal/teste do pezinho, 145; dosagem de glicose, 2.547; hemograma completo, 2.802; VDRL para detecção de sífilis, 393; pesquisa anti-HIV-1 + HIV-2, 115; Ultrassonografia, 1.226; ultrassonografia obstétrica, 428; eletrocardiograma, 532; atendimento de urgência com observação, 1,542; atendimento de urgência, 9.215; terapia fonoaudiológica, 1.057; atendimento de pacientes no CAPS (psicólogo e psiquiatra), 3.195; atendimento fisioterapêutico, 5.717; atendimento no CEO, 1.275; cesarianas, 48; partos normais, 86; e foram entregues 111 próteses dentárias. Misaki passou, então, a fazer a demonstração das receitas recebidas, explicando que, para o ano de 2018 o Ministério da Saúde resolveu fazer uma diferenciação na transferência desses recursos unificando para duas contas apenas, uma conta chamada Custeio e outra conta chamada Investimento. Na conta de Custeio foi unificado todos os recursos variáveis, citando como exemplos, recursos para custear a Saúde da Família, funcionamento das equipes de saúde, recursos para custear os serviços dos agentes de saúde, custeio das equipes de atendimento à saúde bucal, ações de vigilância em saúde, vigilância sanitária, vigilância epidemiológica, e também, os recursos fixos como o Piso de Atenção Básica, que é um recurso passado de acordo com o total de habitantes do município; o recurso fixo de custeio da média complexidade. Todos esses recursos foram unificados em uma única conta, chamada de custeio. Antes esses recursos eram divididos em várias contas, o que acabava engessando a aplicação dos mesmos. Com essa nova forma de transferência o gestor tem mais facilidade para priorizar os serviços de maior necessidade, já que o recurso que é destinado para um determinado serviço pode ser utilizado para complementar outro.

Esclareceu que, enquanto os recursos de custeio são para manter toda a estrutura de saúde do município, desde pessoal como insumos, folha de pagamento etc., o recurso de investimento é para a aquisição de novos serviços, equipamentos, construções, reformas e ampliações. E, nesses quatro primeiros meses os recursos que entraram, do governo federal, foram todos nessa conta de custeio, não entrando nenhum recurso na conta de investimento. Na sequência detalhou todos os recursos de custeio de acordo com suas especificidades para demonstrar como se compõe esses recursos na sua totalidade. Informou que existe um recurso fixo da Vigilância em Saúde que é contabilizado de acordo com o número de habitantes, e foi de R\$ 5.772,13 (cinco mil, setecentos e setenta e dois mil e treze reais). Complementou que nos meses de março e abril esse recurso foi repassado dentro do mês pelo Ministério da Saúde, e que em fevereiro ele entrou três vezes mais devido o mesmo não ter sido repassado nos meses de novembro e dezembro de 2017 e nem no mês de janeiro de 2018. Ressaltou que, praticamente, nada entrou no mês de janeiro devido a essa mudança na forma de transferência de recursos. Na assistência financeira complementar para os agentes de combate à ENDEMIAS esse recurso é variante, mas, em março e abril se apresentou mais regular ficando em março com mais de dez mil reais e em abril com pouco mais de doze mil. Complementou ainda que o Ministério da Saúde está passando um pouco mais de mil reais por agente comunitário de endemias e, no mês de março haviam cadastrados 10 agentes, em abril 12 e hoje o município conta com 13 agentes, 01 agente vinculado a cada uma das Unidades Básicas de Saúde. Para vigilância sanitária no mês de março foi repassado um valor simbólico de R\$1.412,00 (um mil, quatrocentos e doze), o que é muito pouco pra se fazer vigilância sanitária, e nos outros três meses não houve recurso algum. Na planilha seguinte detalhou os recursos destinados à Atenção Básica/grupos de serviços: para os 71 ACS (Agentes Comunitários de Saúde) do município o governo federal repassou R\$ 71.994,00 (setenta e um mil, novecentos e noventa e quatro reais) mensais; para o NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família) são destinados R\$ 20.000,00 (vinte mil) mensais para pagar as despesas de pessoal e o custeio do funcionamento do trabalho desses profissionais; a Estratégia de Saúde Bucal (ESB) recebeu em torno de R\$

40.140,00 (quarenta mil, cento e quarenta reais) nos meses de janeiro e fevereiro referentes 10 equipes, no mês de março se acrescentou uma equipe aumentando o recurso para R\$ 43.485,00 (quarenta e três mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais), recurso esse que caiu para R\$ 36.795,00 (trinta e seis mil, setecentos e noventa e cinco reais) no mês de abril mesmo não havendo nenhum problema com essas equipes; a Equipe de Saúde da Família (ESF) recebeu R\$ 101.560,00 (cento e um mil, quinhentos e sessenta reais) em janeiro, e mesmo valor em fevereiro, referentes a 11 (onze) equipes, aumentando para R\$ 112.255,00 (cento e doze mil, duzentos e cinquenta e cinco reais) em março, quando foram incorporadas mais 02 (duas) equipes, ficando o município com um teto de 13 (treze) equipes funcionando; em abril esse recurso cai novamente para R\$ 101.560,00 (cento e um mil, quinhentos e sessenta) devido à falta de um profissional médico na equipe do Bairro Colibri. O médico dessa equipe saiu e como o mesmo era proveniente do Programa Mais Médico a equipe está descoberta até o Ministério da Saúde mandar outro profissional. Como a ESB está atrelada ao ESF isso justifica o corte dos recursos dos dois grupos de serviços, comprometendo os recursos da equipe como um todo; o PMAQ (Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade) é um recurso extra pago para as equipes de saúde mediante o nível de atendimento prestado por elas e foi de R\$ 40.000,00 (quarenta mil) mensais de janeiro a março, caindo para R\$ 37.300,00 (trinta e sete mil e trezentos) no mês de abril, por conta do problema com o médico do Colibri. O slide seguinte demonstra outra receita de custeio que é o da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar. É um piso fixado em R\$ 242.650,76 (duzentos e quarenta e dois mil, seiscentos e cinquenta reais e setenta e seis centavos) mensais, observando uma pequena diferença no mês de janeiro, devido a um resto que ficou do mês de dezembro e foi pago em janeiro. Quanto à Assistência Farmacêutica da Atenção Básica, Misaki informou que o governo federal passa R\$ 13.132,53 (treze mil, cento e trinta e dois reais e cinquenta e três centavos) para compra de medicamentos, recurso esse que, além de não dá pra atender a demanda, ainda não é feito de forma regular. Em janeiro não entrou. Pagou fevereiro e, em março, pagou R\$ 26.265,06 (vinte seis mil, duzentos e sessenta e cinco reais e seis centavos) referentes a março

e janeiro. E o recurso de abril também não caiu até o final do mês. O técnico apresentou uma planilha concentrando todos os recursos aplicados em Saúde no município, nesse primeiro quadrimestre de 2018, totalizando R\$ 4.735.625,01 (quatro milhões, setecentos e trinta e cinco mil, seiscentos e vinte e cinco reais e um centavo). Desse total entrou de recurso da União R\$ 629.873,76 (seiscentos e vinte e nove mil, oitocentos e setenta e três reais e setenta e seis centavos) e das receitas do município entrou R\$ 257.637,06 (duzentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e trinta e sete reais e seis centavos) totalizando R\$ 887.510,82 (oitocentos e oitenta e sete mil, quinhentos e dez reais e oitenta e dois reais) no mês de JANEIRO; em FEVEREIRO foi repassado pela União R\$ 658.319,79 (seiscentos e cinquenta e oito mil, trezentos e dezenove reais e setenta e nove reais), pelo Estado foi repassado 60.000,00 (sessenta mil) e das receitas do município R\$ 447.051,29 (quatrocentos e quarenta e sete mil, cinquenta e um reais e vinte e nove centavos) totalizando R\$ 1.165.371,08 (um milhão, cento e sessenta e cinco mil, trezentos e setenta e um reais e oito centavos); MARÇO – R\$ 786.156,52 (setecentos e oitenta e seis mil, cento e cinquenta e seis reais e cinquenta e dois centavos) da União e R\$ 468.996,22 (quatrocentos e sessenta e oito mil, novecentos e noventa e seis reais e vinte e dois centavos) das receitas do município, totalizando 1.255.152,74 (um milhão, duzentos e cinquenta e cinco mil, cento e cinquenta e dois reais e setenta e quatro centavos); em ABRIL- R\$ 821.792,16 (oitocentos e vinte e um mil, setecentos e noventa e dois reais e dezesseis centavos) da União, R\$ 439.426,25 (quatrocentos e trinta e nove mil, quatrocentos e vinte e seis reais e vinte e cinco centavos) do município e R\$ 166.371,96 (cento e sessenta e seis mil, trezentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos) de outras transferências do SUS, totalizando R\$ 1.427.590,37 (um milhão, quatrocentos e vinte e sete mil, quinhentos e noventa reais e trinta e sete centavos). Ressaltou que a contrapartida do Estado com a Saúde do município deu-se apenas no mês de fevereiro com R\$ 60.000,00. Os recursos municipais começaram com R\$ 257.637,06 em janeiro, R\$ 447.051,29 em fevereiro, R\$ 468.996,22 em março e, R\$ 439.426,25 em abril. Ao todo os recursos municipais com a saúde foi quase 23% do que o município arrecadou, sendo que o obrigatório por lei é 15%. Demonstrou ainda que desse total de receitas



recebidas foi gasto R\$ 1.485.301,73 (um milhão, quatrocentos e oitenta e cinco mil, trezentos e um reais e setenta e três centavos) com Atenção Básica. A Assistência Hospitalar Ambulatorial Especializada (média complexidade) gastou R\$ 2.424.029,84 (dois milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, vinte e nove reais e oitenta e quatro centavos). Com Vigilância Epidemiológica foram gastos R\$ 87.847,59 (oitenta e sete mil, oitocentos e quarenta e sete reais e cinquenta e nove centavos). Pra essa última categoria Misaki disse que o Governo Federal repassa pouco mais de treze mil reais e o município está gastando aí, mais de oitenta mil nestes quatro meses, concluindo que o município está gastando muito mais que a União. Concluiu sua fala lembrando que essas reuniões atendem a uma lei específica que determina que esses dados sejam apresentados em Audiência Pública, na Câmara de vereadores, e confirma então, que é necessário fazer planejamento, é necessário garantir a transparência naquilo que está sendo recebido e gasto com saúde, sem contar que essas reuniões facilitam o controle social que pode ser exercido por qualquer cidadão, mas que, dentro da Saúde existe o Conselho Municipal de Saúde que é responsável por acompanhar a execução dessas despesas, desses resultados. O secretário, Manoel Francisco voltou a questão da implementação do e-sus e questionou se a falta de algumas informações no sistema não gera prejuízo para o município. O técnico respondeu que a princípio não, pois o Ministério da Saúde não está cortando recursos por produção baixa, mas sim por ausência de produção de qualquer uma das equipes. Não havendo nada mais a tratar, e ninguém mais desejando fazer uso da palavra, a presente Audiência foi dada por encerrada e, para constar, foi lavrada essa ATA que será devidamente assinada.

11

Piracuruca, 02 de agosto de 2018.

Manoel Francisco de Silva

Alcides Manoel de Carvalho Silva

Guonny Pinheiro Fontenele Pequeno

Aledione Nogueiras de Sousa

Mary Nasser M. Ferebê

Catiane Carvalho Lobo de Melo

Rosa Rodrigues Felipe
Luciana de Sousa Brito
Maira da Paz de Carvalho Mendes
Pargente Lund de S. M. L.
Francisca Aguiar de Brito Tavares
maíra Izaura Brito da Costa
opere de Leima Melo Neto
Elzyl da Silva Celestino
João Paulo da Silva Tavares
Angelina da Silva Carvalho
Francisco de Brito Fontenele
Antônio Romalho Alves M. L.
Odélia Maria Alves
Carlos Alberto Mendes de Carvalho
João Batista Soares
Márcia Gurgel de Sousa Gurgel
Anne Maria Ventura de Carvalho Gurgel
Francisca de Sousa Brito
Ulysses Pezzy Silva Melo
Cleiton Silva de Amorim
Sérgio Soares Brito Cardoso
Rayane Fernanda Lemos
FCC FIDES Gurgel da Silva
Adriana Silva Fontenele
Juciana da Silva Brandão Viana
Márcia Eliane Gurgel Machado
Francisca da Chagas Silva
Laura Aparecida Fontenele de Sousa Brito
Maurícia de Brito Pessoa Batista
Lina Márcia de Sousa Pessoa
Sílvia Régis Fontenele

